

# DECRETO Nº 8.409 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002

(Publicado no Diário Oficial de 27/12/2002)

**Procede à Alteração nº 37 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **DECRETA**

**Art. 1º** As disposições do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, abaixo indicadas, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - os incisos VII e VIII do art 87:

*“VII - de 01/01/00 até 31/12/03, das operações internas com óleo refinado de soja (NBM/SH 1507.90.10), calculando-se a redução em 29,41% (vinte e nove inteiros e quarenta e um centésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 12% (doze por cento);*

*VIII - de 01/01/97 até 31/12/03, das operações internas com açúcar, realizadas por estabelecimento industrial situado neste Estado que se dedique à fabricação, refinação e moagem de açúcar (código de atividade 1561-0/00), calculando-se a redução em 58,825% (cinquenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento);”;*

**II** - a parte inicial do inciso XI do art. 87:

*“XI - de 01/08/97 até 31/12/03, para fins de substituição tributária nas operações com as mercadorias abaixo especificadas, realizadas por substituto tributário situado neste Estado, inscrito no cadastro estadual como fabricante de azulejos e pastilhas (código de atividade 2641-7/02), calculando-se a redução em 11,1112% (onze inteiros e um mil cento e doze décimos de milésimos por cento);”;*

**III** - o inciso XIX do art. 96:

*“XIX - de 01/01/00 até 31/12/03, aos contribuintes que exerçam a atividade de fabricação de óleo refinado de soja, equivalente a 41,66% (quarenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do imposto incidente nas operações com essas mercadorias, desde que produzidas no estabelecimento em que*

*ocorrerem as saídas;”;*

**IV** - o inciso IV do art. 118:

*“IV - prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de pessoas, observado o disposto no art. 505-A.”;*

**V** - a parte inicial do art. 505-A e o seu inciso V:

*“Art. 505-A. No cálculo do imposto relativo às prestações de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de pessoas, o prestador de serviços de transporte poderá optar pelo regime de apuração em função da receita bruta, observado o seguinte:”;*

*“V - o imposto a ser pago mensalmente será calculado aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da receita bruta mensal;”.*

**Art. 2º** As disposições do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000, abaixo indicadas, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - a parte inicial do art. 1º:

*“Art. 1º Nas operações de saídas internas realizadas por estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único que integra este Decreto, a base de cálculo das mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes nos itens 1 a 16 do referido anexo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das saídas destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, aos seguintes percentuais de faturamento:”;*

**II** - o art. 2º:

*“Art. 2º O contribuinte beneficiado com o tratamento previsto no artigo anterior poderá lançar a crédito, no período de apuração respectivo, o valor equivalente a 16,667% (dezesesseis inteiros, seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor do imposto incidente nas operações interestaduais que realizar com as mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes dos itens 1 a 16 do anexo único deste decreto.”;*

**III** - a parte inicial do art. 3º:

*“Art. 3º Nas saídas internas dos produtos relacionados aos códigos de atividades econômicas dos contribuintes indicados nos incisos abaixo, fabricados por eles e destinadas a contribuintes habilitados, nos termos do art. 7º, a base de cálculo será reduzida em 58,825% (cinquenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento).”;*

**IV - o anexo único:**

**“ANEXO ÚNICO”**

“ITEM	CÓDIGO	ATIVIDADE ECONÔMICA
1	5131-4/00	Comércio atacadista de leite e produtos do leite
2	5132-2/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas
3	5133-0/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
4	5133-0/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos
5	5134-9/00	Comércio atacadista de carnes e produtos de carnes
6	5135-7/00	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar
7	5139-0/05	Comércio atacadista de massas alimentícias em geral
8	5139-0/99	Comércio atacadista de outros produtos alimentícios
9	5144-6/01	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
10	5144-6/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
11	5146-1/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
12	5146-2/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
13	5147-0/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e papelaria, papel, papelão e seus artefatos
14	5149-7/03	Comércio atacadista de móveis
15	5159-4/01	Comércio atacadista de embalagens
16	5163-2/02	Comércio atacadista de equipamentos de informática e comunicação
17	5191-8/01	Comércio atacadista de mercadorias em geral sem predominância de artigos para uso na agropecuária”

**Art. 3º** Ficam acrescentadas as disposições a seguir indicadas do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000, com a seguinte redação:

**I - os §§ 1º e 2º ao art. 1º:**

*“§ 1º A habilitação ao tratamento tributário estabelecido neste decreto de estabelecimentos inscritos no CAD-ICMS sob o código 5191-8/01 (Comércio atacadista de mercadorias em geral sem predominância de artigos para uso na agropecuária) fica condicionada a que do valor de suas saídas totais, no mínimo, 80% (oitenta por cento) sejam relativas a mercadorias correlacionadas aos códigos de atividades econômicas constantes nos itens 1 a 16 do Anexo Único.*

*§ 2º A habilitação ao tratamento tributário previsto neste*

*Decreto de estabelecimentos atacadistas que realizem operações na modalidade de marketing direto, nos termos do Convênio ICMS 45/99, fica condicionada a instalação de central de distribuição neste Estado.”;*

**II** - o inciso IV ao art. 3º:

*“IV - fabricantes de artigos de perfumaria e cosméticos, enquadrados no CAD-ICMS sob o código de atividade econômica 2473-2/00.”;*

**III** - o art. 7º-A:

*“7º-A. O desenquadramento de contribuinte do tratamento tributário previsto neste Decreto, por iniciativa do fisco, será precedido de denúncia do Termo de Acordo a que se refere o artigo anterior.”;*

**Art. 4º** Os termos finais de vigência dos benefícios fiscais de que tratam os Decretos a seguir indicados ficam prorrogados para:

**I** - o dia 31 de dezembro de 2003:

a) Dec. nº 7.340, de 26 de maio de 1998;

b) Dec. nº 7.378, de 20 de julho de 1998;

c) Dec. nº 7.577, de 25 de maio de 1999;

**II** - o dia 30 de junho de 2003, o Dec. nº 7.799, de 09 de maio de 2000.

**Art. 5º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 26 de dezembro de 2002.

**OTTO ALENCAR**  
Governador

Ruy Tourinho  
Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas  
Secretário da Fazenda